

TENSÕES EXTERNAS E INTERNAS NA COMPOSIÇÃO REGIONAL NO BRASIL

FERNANDO PEDRÃO

Docente Livre da UFBA, Diretor do Instituto de Pesquisas Sociais, Professor e Pesquisador da Universidade Salvador- UNIFACS

O CORTE REGIONAL DA ECONOMIA NACIONAL

A globalização obriga a levar em conta, explicitamente, a importância dos elementos externos na formação e transformação de regiões, portanto, de reconhecer que o desempenho das regiões está submetido aos movimentos cíclicos da economia mundial. Ao mesmo tempo, a compreensão de que as diversas regiões sediam estruturas produtivas diferenciadas, faz com que se procure estabelecer com clareza em que consistem os elementos próprios de cada região, que a diferenciam das demais. Tratando de economias semi industrializadas como a brasileira, a relação entre os elementos externos e os internos é uma linha móvel, que se desloca segundo se difundem os efeitos das variações na esfera internacional e segundo se reorganizam os elementos da esfera interna. Para uma análise regional atualizada é preciso, portanto, distinguir quais são os elementos por cujo intermédio se propagam os movimentos internacionais; e quais os que representam o dinamismo interno.

Os elementos externos são os movimentos de capital, compreendendo os de longo e curto prazo e os movimentos demográficos, que já se vê que compreendem as migrações e os movimentos temporários, desde os trabalhadores temporários até os turistas. Por sua vez, os elementos internos são movimentos de capital que se

concentram em investimentos de longa e curta duração e são as migrações e o turismo interno. Deste conjunto de elementos internos, pode-se considerar os movimentos de longa duração como os mais representativos da estabilidade na composição do capital, por isso, que podem ser tomados como referência das tendências básicas dos sistemas de regiões. Na prática, isso significa iniciar a discussão dos temas regionais mediante uma análise da infra-estrutura.

Uma combinação de concentração de problemas imediatos e de crise de sistemas de infra-estrutura torna o Brasil hoje especialmente sensível a considerações relativas às tendências dos processos em curso de reestruturação de seus sistemas de infra-estrutura. A reconstrução de uma visão integrada dos problemas nacionais demanda um esforço especial, para situar historicamente os fatos atuais, para ver o significado destes processos de hoje na formação econômica do Brasil. O projeto de interpretação empreendido por Celso Furtado em 1959¹, representou um esforço de situar historicamente a atualidade, mostrando como os fundamentos da economia nacional continuam presentes em suas transformações de hoje; e como é preciso ver com distância crítica os movimentos que hoje parecem mais importantes. Em algum

momento esses movimentos da formação da economia nacional pareceram ter uma mesma direção e pertencerem a um mesmo movimento do capital. A experiência da análise do desenvolvimento econômico incorporada na década de 60 mostrou que era uma suposição equivocada, porque a ligação entre o passado e o presente em economia era dada pela duração do capital; e a sobrevivência de ativos de capital pertencentes a uma estrutura tecnológica condiciona a realização de novos investimentos. Noutras palavras, a formação econômica do Brasil é um tema da atualidade, que leva a procurar argumentos igualmente válidos para analisar a trajetória passada e a atualidade dos sistemas econômicos. Trata-se de história econômica e não de projeções a médio ou a longo prazo. Na nossa perspectiva, trata-se da composição do sistema econômico nacional em regiões, portanto, compreendendo uma composição do capital e uma composição do trabalho, com relações inter-regionais e relações internacionais.

Daí, nesta abordagem, há uma questão relativa ao tratamento dos sistemas de infra-estrutura, como parte necessária da capacidade instalada de produção, que condiciona o funcionamento das unidades industriais e o do consumo. Nesta análise, partimos dos sistemas de infra-estrutura, com as peculiaridades que eles apresentam para a análise econômica. O cerne da infra-estrutura é energia. O centro energético da crise brasileira de

¹ Referência a Formação Econômica do Brasil, Rio de Janeiro, Cultura, 1959

hoje sinaliza a presença de outras dificuldades, como de água e de transportes, que em seu conjunto constituem o coração estratégico do funcionamento da economia nacional. Paralelamente, há um problema de desempenho do sistema produtivo, cujo lado positivo é sua eficiência e cujo principal lado negativo é seu impacto ambiental. A concentração territorial do sistema - tal como aconteceu com a produção de energia elétrica - torna-se um custo e um risco, a ser contornado ou compensado.

Todos esses sistemas são regionais e representam a rigidez regional da economia nacional, isto é, correspondem a padrões territoriais inevitáveis, que não poderiam ser de outro modo. As barragens estão onde podem estar. As estradas obedecem restrições físicas. Não há uma mobilidade territorial dos capitais que permita tratar as localizações como neutras em relação com o desempenho econômico do sistema produtivo. Tampouco há como atribuir valores padrão às localizações, ou seja, trata-las mediante uma análise de desvio padrão. Há, realmente, uma especificidade das regiões, que obriga a olhar a composição regional da economia nacional como um dado funcional da economia, que terá que ser explicado segundo evoluem os desempenhos dos investimentos ao longo do tempo.

A constituição do sistema produtivo brasileiro nos últimos cinquenta anos seguiu uma única lógica, de procurar níveis aceitáveis de eficiência numa área restrita, entre o Rio de Janeiro e São Paulo, aceitando entretanto certas margens de desvio, que passaram a incluir núcleos de investimento em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. A lógica geral do sistema seria de absorver alargamentos da base territorial na medida em que houvesse retornos que realimentassem o eixo central de aliança da indústria com o controle da "produção" de infra-estrutura e com o da modernização da agricultura. Esse sistema dentro do sistema passou a demandar quantidades crescentes de recursos, naturais e humanos, e a dre-

nar a capacidade de investimento do governo. As políticas de localização industrial promovidas pelos órgãos públicos, especialmente pelo Banco do Brasil, pelo BNDE(S) e pelo BNB, receberam de Rômulo Almeida o epíteto de "desconcentração concentrada", que seria o modo de ver surgir núcleos econômicos regionais capazes de gerar sua própria autosustentação.

A experiência mostrou que nisso houve muito romantismo e um pensamento preso às categorias de raciocínio da segunda revolução industrial, que sempre trabalhou com a suposição de equivalência entre os agentes econômicos e de simetria nas relações entre empresas. Tal raciocínio não entrou no mérito da estrutura do financiamento das empresas, não considerou as variações nas condições de financiamento dos diversos tipos de empresas, olhando apenas para o financiamento suplementar oferecido pelo Estado. Em outras palavras, são políticas de desenvolvimento que não questionaram as transformações do mercado de capitais, nem a formação de monopólios e oligopólios, portanto ignorando o controle da produção industrial por interesses bancários. Por isso, as propostas de fomentar complexos industriais, em voga na década de 80², desconhecem por completo o fato de que a indústria brasileira funcionava sobre a base de alguns grandes complexos, integrados por indústrias de diferentes níveis tecnológicos³; e que o alargamento do espaço dos oligopólios e monopólios resultou na pressão de desestatização que começou com a década de 90.

REALINHAMENTOS DO CAPITAL E ESPACIALIDADE DO PROCESSO SOCIAL

Durante muito tempo, praticamente enquanto foram válidos os pressupostos da segunda revolução industrial, a temática regional foi tratada como um campo de conhecimento que podia ser manejado em forma descritiva, limitando-se a oferecer explicações mecânicas do aspecto espacial da organização social e técnica da economia. Os aspectos críticos da teoria, bem como as observações sobre a progressão no tempo dos processos regionais foram desconsiderados, formando-se um corpo ortodoxo de análise baseado numa plena comparabilidade de custos.

Até hoje, grande parte da análise regional não se desprende daquelas premissas de hierarquização e de simetria de custos, trabalhando com o pressuposto de von Thünen, de espaços econômicos contínuos. Isso quer dizer que se trata de uma análise que trabalha com estruturas de mercado invariante, que não entra no mérito de movimentos de oligopolização nem de monopolização. Resulta numa análise regional estática circunscrita aos dados específicos de cada problema de destinação de recursos, que não entra no mérito de variações na oferta desses recursos.⁴ A análise marginalista nos planos micro e macro econômicos manteve-se nesse padrão doutrinário, organizando-se em análises comparativas, baseadas nos aspectos externos dos processos que dão lugar ao perfil re-

² Foi uma tendência claramente registrada em seminário promovido por IPEA/CEPAL em Brasília em 1984, sobre Industrialização e desenvolvimento do Nordeste, em que se pretendeu, justamente, examinar a criação de complexos industriais como alternativa de política. A proposta de criar complexos industriais não se confunde com a formação de um complexo agro-industrial nem do complexo industrial-militar, que seriam desdobramentos do capitalismo avançado e não poderiam ser vistos como objetivos de políticas públicas.

³ Esse padrão se repetiu e consolidou como um traço característico das novas grandes empresas brasileiras, especialmente daquelas originadas da construção civil e do terciário, que sempre operaram baseadas na captação de contratos de obras públicas.

⁴ Em trabalho anterior - As desigualdades regionais no desenvolvimento econômico - apresentei um modelo de análise regional baseado na relação entre os sistemas de recursos naturais e o sistema produtivo, procurando daí extrair uma ordem seqüencial de restrições para aplicações específicas de capital.

“...as análises regionais dão lugar a estudos que justificam políticas públicas...”

gional da sociedade econômica.⁵ É um atraso teórico que pode ser atribuído a certo fechamento doutrinário em cada uma das esferas disciplinares que se ocupam dos temas regionais e certamente, a falta de comunicação entre elas, apesar de que a maior parte dos problemas regionais requerem uma reflexão interdisciplinar. A confusão doutrinária e metodológica acerca da questão dos polos de crescimento é claro atestado dessa dificuldade, causada basicamente por ter-se ignorado o relativo à tendência geral à concentração e ao aumento de complexidade do capital, que está sobejamente tratada na teoria econômica.

Nessa qualidade, as análises regionais dão lugar a estudos que justificam políticas públicas, antes que indicam opções de política. Examinam viabilidade mas não criticam contradições. Por isso, as tensões causadas pelas pressões internas e externas da concentração de capital e as tensões sociais do mercado de trabalho, concentradas nas grandes cidades e nas áreas rurais submetidas a maiores pressões na estrutura fundiária, mostram a necessidade de uma análise regional capaz de ir ao encontro das tendências inerentes a essas tensões, em vez de trabalhar com problemas isolados de alocação de recursos.

Uma primeira observação nesse sentido, é que as principais propostas teóricas de análise regional, reunidas ao longo das décadas de 40 a 60, contribuíram para essa imagem de análise suplementar, justificando em boa medida certo desprezo benevolente dos que se ocupam dos aspectos globais do funcionamento do sistema econômico, ou dos que tratam com os diversos aspectos dos conflitos sociais.

No entanto, essa imagem pacífica de análise descritiva e maleável às imposições de método e de preconceito das diversas disciplinas do conhecimento social entrou em crise, quando se evidenciaram, mais uma vez, as rupturas institucionais, agora ligadas ao problema energético e ao ambiental e à concentração de problemas sociais, especialmente de drogas e violência, nas grandes cidades.

Na verdade, o anterior viés descritivo da teoria regional constituiu uma espécie de imprudência, já que os grandes movimentos da economia mundial nas décadas de 20, 30 e 40 tinham estado claramente associados a expansões de fronteira agrícola, a concentrações industriais e à construção de grandes sistemas de infraestrutura, que definiram um mapa regional mundial. No Brasil, movimentos desse tipo criaram a economia moderna do país e reorganizaram suas regiões periféricas. Desse modo, as teorias regionais serviriam apenas para tratar dos fenômenos marginais do sistema, tornando-se elas próprias, marginais como instrumentos de análise e complementares de políticas econômicas definidas nos níveis global e setorial, já que não encontraram o nexo entre os problemas específicos de localização de empreendimentos e as restrições da economia nacional em seu conjunto.

Um aspecto especialmente crítico nesse sentido, na experiência brasileira, é a questão da taxa de câmbio, que geralmente não se vê como parte do campo de preocupações da análise regional. Entretanto, ela é o principal barômetro das relações internacionais e os efeitos indiretos das variações da taxa de câmbio têm sido decisivos no direcionamento de movimentos de concentração e de desconcentração dos investimentos, inclusive alterando o perfil cíclico dos negócios (Batista, 2000). Não é por acaso que o debate econômico central sobre a economia mundial e sobre as tendências macro regionais não toma conhecimento da análise regional.

Esse quadro de análise descritiva teve que mudar, porque ao longo da

década de 70 acumularam-se questionamentos que abalaram a consistência aparente da análise regional, pelo menos em três aspectos fundamentais: no relativo à possibilidade de trabalhar com o pressuposto de recursos ilimitados e substituíveis; no relativo aos componentes irreversíveis dos sistemas produtivos; e no que toca a mudanças de comportamento ligadas a mudanças na composição do capital. Convém situar cada um desses aspectos.

Primeiro, a teoria econômica marginalista passou para a análise regional seu pressuposto básico de escassez relativa e a consideração de efeitos substituição e efeito renda nos comportamentos dos consumidores, que surgiram com Alfred Marshall (1890) e foram encaixados, como parte essencial da estrutura analítica construída por John Hicks em 1947. A análise neo clássica, desde von Thünen, criou um corpo de análise regional, cujo epicentro é a noção de espaços contínuos e homogêneos, onde sempre se pode trabalhar com as relações custos - distância e onde há simetria de comportamentos do capital e do trabalho. A rigor, é uma análise aplicada, conceitualmente *anterior* às análises de estruturas de mercado que mostraram a subordinação dessas colocações à supremacia dos interesses de monopólios e de oligopólios, portanto, que obrigaram a trabalhar com espaços sociais assimétricos e temporalmente desiguais. Teria que ser confrontada com os dados de um sistema produtivo em que predominam processos de oligopolização e de monopolização (Labini, 1972).

Segundo, a presença de componentes irreversíveis significa que o sistema produtivo contém tendências de

⁵ Esse é o pressuposto que permite aplicar irrestritamente técnicas de análise custos/benefícios, que obviamente trabalham com horizontes restritos de tempo, incompatíveis, por exemplo, com a análise econômica da ecologia. Ao reconhecer que se trabalha, efetivamente, com horizontes variados de tempo, inclusive de tempo indeterminado, como nas usinas hidrelétricas, esse pressuposto torna-se inadequado.

irreversibilidade.⁶ Ao registrar a entropia do sistema de produção, Georgescu Røegen simplesmente obrigava a teoria econômica a tomar conhecimento de progressos da ciência desde Boltzmann a Heisenberg (1935), que prevêem mudanças de comportamento em trajetórias - em percursos, no campo social⁷ - afetadas pela irreversibilidade. A teoria regional não poderia desconhecer essas proposições científicas, como tampouco poderia ignorar as pesquisas sobre recursos naturais, que já apontavam a importância da diversidade na reprodução da vida (Schrödinger, 1989). Não há como duvidar, que um retrospecto da teoria regional nas décadas de 50 e 60 permite ver com clareza seu atraso, por trabalhar com estruturas teóricas simplificadoras, incapazes de registrar as tendências da ciência.

Por fim, a análise do grande capital, desde John Hobson (1895), passando pela análise da concorrência imperfeita de Joan Robinson (1931), aos trabalhos sobre oligopólio de von Stackelberg, William Fellner (1956) e Paolo Labini (1972), mostra a inadequação das análises econômicas que continuam com pressupostos de concorrência perfeita e comportamentos simétricos, sem considerar as transformações das empresas e dos ambientes sociais em que elas operam. O modo de participação das empresas no mercado varia segundo seu tamanho e segundo as dimensões do mercado, ou ainda, segundo as perspectivas de expansão do mercado em que participam. O pressuposto de dimensão do mercado não é parte da análise neo clássica, que trabalha com referência de espaços indefinidos. A prática mostra a necessidade de tal pressuposto. Por exemplo, no atual movimento de expansão de empresas européias no Brasil, há um fundamento de busca de mercados que podem se expandir, que são expectativas que não teriam sentido em seus países de origem.

Tornou-se necessário rever os fundamentos da teoria regional no relativo a mercado. Considerar a com-

“A informatização das aplicações de capital aumentou a volatilidade do mercado financeiro...” ”

posição do mercado, suas tendências de expansão, concentração e reestruturação e o potencial de crescimento do mercado em diversas partes da economia mundial. É o que faz a diferença entre instalar uma fábrica de aviões no Brasil, na Espanha, na Bélgica ou mesmo no Canadá. O argumento de potencial de mercado tem mostrado seu peso no padrão de localização de investimentos das multinacionais, que finalmente tendem a certos perfis de concentração e de dispersão que sejam os menos inadequados para a reprodução de seu capital. A adequação da localização varia ao longo do tempo, segundo muda a composição dos investimentos da empresa em seu conjunto. Não há como descartar a hipótese de que qualquer percurso de formação de capital enfrenta obstáculos e que a realização de investimentos novos cria efeitos positivos e negativos no desenvolvimento do sistema produtivo. Por exemplo, o padrão macro regional de localização das fábricas de automotores tem que combinar concentração de demanda com dispersão de capacidade produtiva.

As condições objetivas do mercado são um dado fundamental da ques-

tão. Compreendem a escala atual e a potencial de crescimento do mercado; e são os meios pelos quais funciona esse mercado. O mercado se desenvolve desigualmente entre grupos de produtos, tipos de tecnologia e o argumento de escala já mudou de sinal diversas vezes, desde a década de 1960. O tratamento dado por Steindl (1990) a essa questão sinalizou tendências gerais, que se passou a ter que qualificar segundo as condições operacionais locais. A informatização das aplicações de capital aumentou a volatilidade do mercado financeiro, evidenciando os aspectos de incerteza do mercado, inclusive, desviando a atenção de seus aspectos de continuidade e de previsibilidade.

Desde a década de 70 tornou-se evidente a necessidade de renovação da teoria, que continuava tratando apenas de espaços simétricos e não tinha incorporado nada da noção de espaço-tempo trazida pela Física quântica e pelo estruturalismo histórico. A vertente geográfica da análise regional continuava privilegiando uma discussão de espaço separado de tempo, elaborando uma teoria do espaço, que contrasta com as principais tendências da análise histórica, no tratamento de fenômenos em seqüência e coincidentes, portanto, distinguindo a esfera de análise de período da esfera de análise do cotidiano. Algo equivalente aconteceu com a vertente econômica da análise regional, que trabalha com deslocamentos de variáveis em pseudo tempo.⁸ Já então estavam claras diferenças de poder explicativo entre as correntes doutrinárias, principalmente dividindo os

⁶ Pode-se argüir se são tendências predominantes ou secundárias de irreversibilidade, mas de qualquer modo, a presença desse tipo de tendências invalida o pressuposto clássico de plena irreversibilidade. Admitindo que aumenta o componente de mercado oligopólico, a tendência à irreversibilidade torna-se, progressivamente, mais importante.

⁷ Utilizamos o conceito de percurso introduzido por Gianbattista Vico, para representar os caminhos concretos percorridos pela sociedade em sua formação.

⁸ Seminário realizado em Valparaíso em 1971, que resultou em volume intitulado *Planificación regional y urbana en América Latina*, mostrou tendências de questionamento das estruturas teóricas “oficiais”, com forte reivindicação de uma crítica histórica e social. A perspectiva histórica da concentração de capital difere essencialmente de uma teoria de polos, porque considera a totalidade dos impulsos concentradores, assim como a totalidade dos interesses locais, levando a tomar os movimentos a longo prazo como determinantes das condições a curto prazo de movimentos de capitais e de trabalhadores.

que acompanharam a formação histórica dos fenômenos regionais, dos que se limitaram a problemas de organização regional atual. Isso significa que fenômenos tais como a construção de estruturas de enquadramento do sistema produtivo continuaram sem ser examinados.⁹

A questão regional ressurgiu na década de 90 com novas cores e novos significados nos movimentos da acumulação de capital, na escala de países, de grandes regiões e na de localidades, tanto no continente mais rico como nos mais pobres. Esses movimentos revelaram aspectos da pluralidade de motivos do mundo contemporâneo, que foram antes ofuscados pela supremacia da lógica do capital em expansão no contexto da bipolaridade leste-oeste. A desorganização do bloco leste levou a perdas na coesão do bloco oeste, que por sua vez deixaram espaços para a emergência de movimentos guiados por motivações não capitalistas de expressão mundial (Kurz, 1993). A proliferação de exemplos de países que se fracionaram, a emergência de movimentos locais e fundamentalistas, no conjunto revelaram outras fronteiras da estruturação social, que claramente não se explicam pelo modelo organizacional dos países bem sucedidos. Não são movimentos incidentais, senão manifestações reveladoras de profundas alterações da espacialidade do processo econômico, que devem ser vistas em sua real complexidade.¹⁰

As décadas de 60 e de 70 foram determinantes do reordenamento da economia mundial, segundo representaram, respectivamente, a conquista e difusão de novo patamar tecnológico; e a absorção dessa mudança no campo energético. Desde então, a indústria evoluiu, deliberadamente, no sentido de reduzir a carga energética de seus produtos finais; e passou a cobrar menor carga energética do consumo familiar.¹¹ O processamento social da produção de tecnologia tornou-se, claramente, diferente do processamento da difusão de técnicas, dando lugar a uma subalter-

nidade desta segunda parte frente à primeira. Países como o Brasil, grandes usuários de novas técnicas ficaram, entretanto, mais dependentes da produção de tecnologia, e por essa via, do progresso científico.

Assim, as condições para a expansão de capitais no sistema produtivo ficou, de fato, condicionada pela captação de condições favoráveis aos investimentos, que certamente não estão refletidas pelos rendimentos dos investimentos ou por indicadores de valorização de ações. Trata-se realmente do controle das opções de investimento, que se concentram nas empresas capazes de reunir a liquidez suficiente para materializar esses investimentos. Desse modo, criaram-se as bases para a reorganização e expansão dos interesses privados, que se colocaram sobre o controle internacionalizado de tecnologia e energia.

CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO

Dadas as preferências das grandes empresas na localização de seus investimentos, e da formação de grandes blocos econômicos, pergunta-se quais são as reais tendências de concentração de capital e de população e quais são as principais conseqüências, em termos de concentração de empregos e de qualidade da vida. São tendências uniformes, ou tendências carregadas de contradições, e têm perspectivas de continuidade ou são transitórias? Quais as perspectivas de

continuidade do atual modelo regional brasileiro e de suas tendências de concentração na região de influência de São Paulo? Quais, se há, os movimentos significativos de dispersão inerentes a esse modelo? Finalmente, qual o papel das políticas econômicas e sociais em seu desdobramento, tanto das políticas que atingem a economia nacional em seu conjunto, tais como a monetária e financeira, como das grandes políticas setoriais, como a energética e de recursos hídricos. Interessa destacar o caráter regional das políticas, não aquilo que se rotula de regional.

Um dado fundamental da questão é que no Brasil esses sistemas tiveram que ser feitos em muito pouco tempo, a custos muito superiores à capacidade de formação de capital do país. O esforço de financiamento traduziu-se em pressão inflacionária e em certos impactos em concentração de renda entre empresas. Esse aspecto foi deixado de lado pelas políticas de privatização dos setores estratégicos da economia nacional, especialmente do campo energético. Há custos de manter a escala e a proporcionalidade dos serviços de infra-estrutura; e há custos de manter a capacidade de reprodução e expansão desses sistemas. Compreendem custos econômicos, que podem ser estimados sobre os projetos iniciais; e custos financeiros, da captação de capital *durante* a realização dos empreendimentos, que não podem ser estimados no momento inicial, mas que se tornam,

⁹ André Marchal (1959) denomina de estruturas de enquadramento todos aqueles sistemas, infra-estruturais e institucionais, que precondicionam o funcionamento do sistema produtivo. Entendemos que é uma referência conceitual fundamental, mas que deve ser reajustada, no relativo a reconhecer que esse enquadramento tem duração limitada, portanto, que a renovação da infra-estrutura e do sistema produtivo seguem caminhos próprios, que se aproximam ou divergem, modificando as condições de transformação do sistema em seu conjunto. Por exemplo, a renovação tecnológica dos transportes urbanos tem um caminho próprio, que entretanto condiciona os conjuntos de investimentos das empresas no ambiente das cidades.

¹⁰ Estas observações alinham-se com teses levantadas por Robert Kurz (1989) relativas aos efeitos no oeste da desorganização do bloco leste. Entendemos que elas devem ser apreciadas à luz de contradições inerentes ao modo de desenvolvimento dos países periféricos do oeste.

¹¹ Não só automóveis e aviões que alcançam as mesmas velocidades com menor gasto de combustível, como eletrodomésticos com menor carga e, principalmente, políticas de restrição de consumo de energia, que em última análise constituem intervenções no mercado.

“É possível trabalhar com hipóteses sobre uma convergência de tendências...”

progressivamente, mais importantes. O desmembramento pela privatização representa perdas de escala, que superam a capacidade de reposição do sistema, portanto, que levam a uma crise inevitável de financiamento, constituída de perda de capacidade física e perda de capacidade financeira, com a conseqüência de atraso geral do sistema.¹²

Tudo indica que as tendências em curso levam à consolidação de alguns aspectos da estruturação regional do país e ao reordenamento de outros, com o resultado geral de um condicionamento das possibilidades de desenvolvimento do país e de um notável agravamento da situação social, tanto em desemprego como em indicadores de níveis de vida. Qual o papel da política econômica nesse processo? Em alguns aspectos ela se revela com objetivos gerais de estabilidade a curto prazo; em outros mostra orientações contraditórias com a sustentação desse mesmo equilíbrio a médio prazo; em outros, ainda, mostra escolhas que levam, tendencialmente, ao agravamento desses problemas, por afirmação e por omissão. O significado de equilíbrio muda radicalmente, entre as perspectivas de análise a curto, médio ou longo prazo.

Essas tendências refletem uma combinação de pressões externas e internas sobre o sistema produtivo, que se desdobram ao longo do tempo em movimentos oscilatórios não necessariamente contínuos, que se materializam através de mecanismos que devem ser explicados. É possível trabalhar com hipóteses sobre uma convergência de tendências entre os movimentos de capitais e as migrações,

mas as mudanças de tecnologia sempre injetam aspectos de incerteza nesse quadro. Por exemplo, o novo padrão de localização de fábricas de automotores, com concentração no Paraná, indica mudanças de tendências regionais, que podem “contaminar” as tendências da agro-indústria, do mesmo modo como novas gerações de agro-indústria podem atrair equipamentos.

Não é novidade que a questão regional seja tratada como adjetivo de uma política econômica substantivamente definida num esquema macroeconômico sintético e abstrato, onde tampouco há verdadeiras políticas setoriais. A ideologia da política global sempre foi a do controle sobre as regiões. A política econômica, monetária, financeira e tributária do país tornou-se um campo de decisões que opera hoje com restrições externamente estabelecidas, que a tornam, em grande parte, uma política condicionada. A relação entre a política cambial, a receita externa líquida, o pagamento da dívida, e o controle do preço da moeda, regula a capacidade de despesa do governo em seu conjunto; e se transmite, num perfil desigual e controlado, aos níveis estadual e municipal. O ajuste externo corresponde a um desequilíbrio interno, que se propaga segundo a desigualdade de condições das regiões, para sediarem as novas decisões de formação de capital.¹³

A diminuição das margens de autonomia de decisão da política econômica nacional torna-se regionalmente mais grave, porque leva a contradições a curto prazo insolúveis, na articulação entre o plano federal e o

dos estados, bem como na articulação de genuínas políticas setoriais que realimentem esse diálogo entre o plano federal e o estadual. A tensão entre centralização e dispersão na esfera pública torna-se parte de pressões dos capitais envolvidos em projetos de expansão e na luta pelo controle do mercado, que se torna aparente na configuração de áreas prósperas e estagnadas; mas essencialmente determinadas pela configuração geral e pelas alterações parciais do bloco de poder. Como a maior parte dos projetos relevantes excede os recursos disponíveis pelos estados, os empreendimentos que podem alterar a composição regional da economia ficam exclusivamente na órbita federal, salvo algumas poucas exceções, que por isso tendem a se tornar áreas de conflito entre os interesses dos diversos estados.

Outra novidade é que se precisa atualizar a compreensão de região para tratar da questão brasileira, certamente distinguindo entre regiões estáveis e em crescente consolidação, regiões em transformação mais ou menos acelerada e regiões em decomposição ou em todo caso, com perda de seus elementos de solidariedade. Entretanto, entendemos que essa diferenciação é uma conseqüência de processos, que tem que ser examinada como um elemento interativo da formação da economia nacional; e não como uma referência comparativa de dados globais. Os velhos coeficientes de concentração econômica e os modelos estáticos ajudam pouco, ou distorcem a realidade, porque não mostram os elementos concretos com

¹² No Brasil, os ganhos em escala obtidos pela integração do sistema chegaram a 20% no final da década de 1990, que constitui uma magnitude bruta de energia superior à capacidade do sistema para investir naquela escala de tamanho. A privatização de componentes do sistema alterou, progressivamente, a relação de composição entre a geração e a distribuição de energia, retirando os lucros da distribuição do financiamento da geração, portanto, transferindo para o Estado o custo total da reposição e expansão do sistema. O efeito em cadeia dessa perda de recursos é o retrocesso do sistema de produção.

¹³ Os dois aspectos de relação entre o ajuste externo e o interno, e entre o ajuste das contas públicas e ação do Estado para o desenvolvimento, ocupam posições estratégicas na fixação de despesas que podem confirmar ou alterar o quadro atual. Sobre esses dois pontos, cabe citar, Dias Carneiro e Modiano (1990), Pedrão (1988), em diferentes abordagens do papel do ajuste macro econômico na determinação do perfil do dinamismo na economia nacional.

que se realiza a transformação dos sistemas produtivos. Entretanto, o que conta é a capacidade de transformar o sistema produtivo. Como disse Kindleberger (1964), “a capacidade de transformar é a capacidade de reagir à mudança, originada internamente ou no exterior, adaptando a estrutura do comércio exterior às novas situações”. Por trás dos coeficientes de concentração estão os dados das modificações dos sistemas produtivos.

As principais indicações nesse sentido são a integração do sistema elétrico nacional, que se torna um grande viabilizador da economia do Sudeste; e a progressiva constituição da economia da bacia Paraná-Paraguai, que aprofunda a hegemonia interna, que amplia o espaço diretamente articulado pelo Sudeste, mas que modifica o balanço de poder, ao ampliar e aprofundar suas contradições, bem como ao dar novas dimensões de internacionalidade da economia brasileira.

Além disso, a configuração de uma grande região predominante se confirma, mas com outra composição e em outros modos de articulação inter-regional. Ao mesmo tempo em que se consolida um grande espaço regional de poder econômico centrado em São Paulo, aumentam as contradições internas dessa grande região, com movimentos de concentração e dispersão, com novos perfis de desigualdade e de exclusão, com os conhecidos dados chocantes sobre sua realidade social, em termos de analfabetismo, violência urbana e desemprego. Nessa escala, a questão urbana e a regional mostram-se em novas combinações, podendo-se dizer que São Paulo passa a representar novo tipo de metropolização desigual, diferente das que se encontram no México D.F. e em Buenos Aires. Mas o perfil básico dos problemas de hiperconcentração urbana, ou de urbanização sociopática (Hoffman, 1980) é o mesmo, com variadas tonalidades de concentração, entre cidades como Fortaleza e Salvador e cidades como Rio de Janeiro e Belo Horizonte.¹⁴

O modo regionalmente concentra-

“... a expansão da economia brasileira revela-se uma das mais destrutivas e auto destrutivas da história ...”

dor tem um perfil equivalente na relação com o exterior, acentuando-se a subalternidade em relação com o centro hegemônico norte-americano, onde Miami, Nova York e Los Angeles funcionam como centros externos maiores desse processo concentrador. Há um movimento centrífugo de capital e de trabalho qualificado, à parte da emigração dependente. Considerando esse componente subordinado e alienante, junto com tendências dispersivas mais amplas da internacionalização da economia, há, certamente, um problema maior de tendências expulsivas da economia brasileira em seu conjunto, que deverão ser avaliadas com mais cuidado, como características do processo social brasileiro em sua modalidade atual e não como simples decorrência de uma globalidade inexorável.

Internamente, a dimensão regional mostra, com clareza ímpar, a combinação de concentração de capacidade de produção, perda ou desmobilização de capacidade instalada e de trabalho; e de reordenamento do espaço econômico nacional. É um movimento que se realiza com enorme desperdício de capital, tanto na desativação de estabelecimentos produtivos, na permanência de terras fora de cultivo e através de desinvestimento público para aplicações de custeio. Nesse sentido, numa visão a longo prazo do processo do capital, a expansão da economia brasileira revela-se uma das mais destrutivas e auto destrutivas da história, geralmente vista com benevolência que só se explica como continuidade básica do bloco de poder.

Para mostrar os custos da concentração, a perspectiva regional da análise global do processo permite observar criticamente o ajuste externo da economia, no relativo à expansão da região hegemônica e em suas diferenças com as demais regiões. Internamente, esse custo corresponde a tendências ao aprofundamento das diferenças entre uma região hegemônica e as demais, bem como ao aprofundamento de diferenças no interior da própria região hegemônica.

PRESSÕES EXTERNAS E INTERNAS

Dados esses elementos, impõe-se reconhecer a combinação de pressões externas e internas na regionalidade da economia brasileira; e considerar os efeitos em progressão dos ajustes entre os interesses identificados com a internacionalidade do processo e os ligados às bases internas da formação de capital. Há pressões que se acumulam sobre as formas tradicionais de produção, tais como a agricultura produtora de mercadorias, em itens como café, cacau, açúcar e alimentos básicos, assim como há pressões sobre a indústria produtora de bens de consumo. É preciso examinar a economia brasileira, não por resultados isolados, mas por sua capacidade de obter resultados. Tal capacidade não é um estado senão uma situação instável, que depende de elementos externos à capacidade produtiva, dentre outros, destacadamente, a taxa de câmbio. A subordinação a variações externamente determinadas da taxa de câmbio é a principal marca das economias periféricas, em sua incapacidade de autodeterminação econômica. O contencioso

¹⁴ Encontra-se aqui uma bifurcação inevitável da análise: sociopatia no sentido de enfermidade, ou no de denotar um *pathos* urbano, próprio dos momentos de urbanização periférica? É inevitável admitir que a urbanização nas grandes cidades periféricas envolve uma mutação, que é o aparecimento de uma cultura urbana da exclusão, que está ligada à mobilidade negativa que examinamos neste trabalho.

do câmbio foi parte central das preocupações de Prebisch em sua teoria da relação centro-periferia, que foi sintomaticamente abandonado, quando as reflexões sobre o subdesenvolvimento se aproximaram mais da visão weberiana da dominação.

Assim, a linguagem sociológica da teoria da dependência na verdade ocultou um desvio e atraso de seu equivalente econômico, num momento de crise da economia e da sociedade mundial, que só foi percebida na América Latina com alguns anos de atraso.¹⁵ Não é, realmente, que a teoria da dependência fosse um avanço na leitura do aspecto sociológico da desigualdade - que já estava registrado em diversos documentos da década anterior - senão que a análise econômica do desenvolvimento revelou-se incapaz de acompanhar as transformações operacionais das empresas e do Estado. Simplesmente, a análise econômica do desenvolvimento deixou de registrar problemas de operacionalidade da relação entre empresas e Estados nacionais, que já eram conhecidos na análise de programas de investimento e mesmo na de projetos, que obrigariam a rever a formulação inicial da teoria dos termos de intercâmbio feita por Prebisch.¹⁶

No plano externo, destacam-se as influências da internacionalidade nos fenômenos locais, colocada agora em termos da globalização e da divisão internacional do trabalho. Internamente, tornaram-se mais visíveis as implicações ambientais em geral e energéticas em particular, do funcionamento e da expansão da economia, bem como o significado dos problemas de desemprego e de incerteza da ocupação em suas diversas modalidades.

A percepção dessa combinação de fatores leva a revisar a questão regional, destacando primeiro a necessidade de revalorizar a categoria de totalidade na análise da esfera regional, isto é, focalizar nas interdependências e inter-relações; e segundo, leva a destacar as ligações entre o modo de formação de capital e o perfil espacial do sistema de produção.

“ A globalização de fato estende-se através da operação do capital financeiro e do modo como ele interfere no sistema produtivo... ”

A importância dos elementos internacionais do problema aumentou desde a década de 1970, com a revolução tecnológica do terciário, manifestada principalmente na informática e nas telecomunicações, compreendendo, subjacentemente, um complexo problema de qualificação e de desqualificação do trabalho. Mas, lembra-se que os movimentos da globalização são modificações de processos em curso de internacionalização, que se realizam de modo seletivo entre as formas de capital e de empresa, que portanto se expandem desigualmente. Antes de falar de globalização como de um movimento genérico, destacam-se as estratégias do capital como expressão dessa predominância da perspectiva financeira.

A globalização de fato estende-se através da operação do capital financeiro e do modo como ele interfere no sistema produtivo, segundo os empreendimentos usam crédito e segundo o capital das empresas se reconstrui nos moldes atuais de fluidez do capital financeiro. Mas a intensificação da globalização manifesta-se em aumen-

to de operações de transferência de capital entre aplicações, que não pode ser confundida com investimento, traduzindo-se num movimento especulativo ilusório da realidade do mercado. Quanto dessas aplicações são incrementos líquidos de formação de capital e quanto são meras transferências contábeis é um aspecto a ser esclarecido, quando se vê que no Brasil essas mesmas empresas que captam recursos a taxas de juros do mercado europeu, obtêm financiamento preferencial para investimentos que teriam que fazer de qualquer modo por seus próprios interesses?

Daí, torna-se fundamental distinguir entre aqueles que realmente desenvolvem tecnologia ou que gastam com tecnologia; e aqueles outros que licitam tecnologia através de parcerias e de compra de ativos. Parte desse processo é a criação de uma cultura de tecnologia na gestão do capital em empresas, supostamente estimulado pelas condições de competitividade em que elas operam. Que são essas condições de competitividade e como elas se dão para quais tipos de empresas, é justamente a questão a ser esclarecida em qualquer análise regional que reconheça as restrições objetivas do funcionamento da economia.

Daí, portanto, as diferenças entre as tendências genuinamente novas de produção, induzidas pela globalização, com movimentos de ampliação de mercado; e movimentos especulativos oscilatórios, que simplesmente deslocam recursos entre usos equivalentes, tal como geralmente tem acontecido com as privatizações, que simplesmente trocam dinheiro fictício por

¹⁵ Esse vem a ser um ponto extremamente delicado da história do pensamento econômico latino-americano, certamente inclusive do brasileiro, que se aferrou a explicações desenvolvidas no plano político naquele período, perdendo de vista a ligação entre o aparecimento de uma nova etapa de acumulação a escala mundial e o perfil macro regional dos problemas de desenvolvimento. Observe-se que os principais autores que trataram dessa temática na época, como Gunder Frank, Samir Amin e Emmanuel, trabalhavam com elementos de uma visão da década anterior, na beira oposta da brecha causada pelas mudanças do período do fim da década de 60 e inícios da década de 70.

¹⁶ A formulação inicial dessa teoria, que é o cerne da teoria da relação centro-periferia, apresentada no Estudo da América Latina de 1949, foi revista por Prebisch em seus trabalhos posteriores, mas ficou presa a um nível de conhecimento da América Latina que se tornou inaceitável, como fundamento empírico da especulação teórica. A questão consistiria, realmente, em decidir com quais critérios escolher o material empírico com que trabalhar.

títulos de propriedade. Estaremos diante de outro tipo de patrimonialismo no capitalismo avançado, ou diante de uma diluição do patrimônio no ambiente de financeirização? Quais regras permanecem válidas, para avaliar o patrimônio de empresas que operam nesse ambiente especulativo?

Isso se reflete na divisão interna e inter-regional do trabalho, com conseqüências inconfundíveis na mobilidade social e espacial dos trabalhadores, isto é, com a definição de características objetivas do mercado de trabalho, em sua qualidade de ambiente em que se realizam os movimentos do capital. É a base formativa de exclusão de pessoas do processo de trabalho, que afeta mais as regiões mais pobres, ou que são menos atrativas para as novas linhas de investimento, mas que se propaga no sistema produtivo em seu conjunto, na forma de uma mobilidade negativa do trabalho, com uma progressão de efeitos em cadeia, cujos resultados finais são pressões no mercado de trabalho e são emigrações. A mobilidade negativa do trabalho torna-se uma força decisiva na constituição do sistema econômico nacional, dando lugar a movimentos que começam como saída de pessoas do campo e das cidades do interior e terminam como grandes concentrações urbanas de grupos sociais sem perspectiva de emprego, com seus correspondentes problemas de degradação social e violência.

Ao mover-se para procurar rentabilidade num mercado financeiro oligopolizado, as empresas descartam todos aqueles elementos de custos que se tornam disfuncionais à gestão internacionalizada do capital. Não há, realmente, uma relação significativa, entre os custos operacionais e o fluxo de renda das grandes empresas, como tampouco há, entre os custos do funcionalismo e o serviço público realizado.¹⁷ Trata-se mais de que, tanto as grandes empresas como o governo tratam de adaptar-se a padrões internacionais de operabilidade, que lhes permitem ampliar lucratividade segundo padrões ditados pelo mercado de capitais e não por

padrões de eficiência na produção.

Os aspectos internos sobressaem na questão regional, por refletirem a consistência histórica da organização atual da economia no território. No entanto, está claro que as regiões, enquanto adensamento de povoamento e de organização do capital no território, são historicamente dinâmicas e interagem na internacionalidade da economia, não apenas em seu quadro de relações internas. Por isso, chama especialmente atenção, que as recentes políticas econômicas regionais brasileiras, veiculadas na forma de grandes eixos regionais, apoiados em sistemas de infra-estrutura, desconhecem completamente a trajetória da formação das regiões; e contribuem, claramente, para agravar desigualdades, inclusive desigualdades que não serão necessárias para a reprodução do atual sistema produtivo. Perde-se de vista o dinamismo próprio de concentrações de capital que só se explicam por suas relações internacionais.¹⁸ Programas tais como de transposição de rios, vão completamente a contrapelo de soluções para os problemas energéticos e de manejo racional dos sistemas hidrográficos. A falta de políticas regionais de gestão hídrica torna-se inexplicável.

No quadro de relações econômicas internacionais, os papéis das regiões se consolidam ou mudam ao longo do tempo. A atual emergência dessa região mediterrânea da bacia do Paraná, de certo modo reedita a proposta do século XIX de criação de uma república naquela região, representando, portanto, um desafio ao poder regional das diversas capitais do sul. Paralelamente, a internacionalidade dos estados do Nordeste, que se fazia à distância, por sua função exportadora, e que foi sacrificada pela subs-

tituição de importações, reaparece, pelo simples fato que o Sudeste e o Sul deixaram de exercer esse papel de acelerador regional, praticamente desde a década de 1970. As opções de desenvolvimento das regiões desenharam-se, cada vez mais, como resultantes de estratégias do capital, regionalmente representado por governos e grupos estaduais.

Certamente, há um problema de representação social e política no plano regional, agora mais claro que antes. A questão regional é social e política, com sustentação técnicas e não ao contrário. Nesse sentido, o contraste entre a permanência dos interesses oligárquicos e a emergência de interesses sem raiz local, como os dos grandes grupos, tornam evidente a gravidade da situação e das perspectivas do Nordeste. Pequenos sucessos circunstanciais de alguns investimentos e um discurso otimista dos grupos dominantes, não esconde o fato fundamental de uma dupla subalternidade, frente ao plano externo e ao interno, que justamente os obriga a procurar soluções econômicas para manter suas posições, em torno da circularidade de suas atividades básicas. O exemplo da produção açucareira é o mais evidente, em suas duas versões, na nordestina e na paulista. O fundamento econômico dessa atividade obviamente mudou, assim como mudaram suas justificativas tecnológicas. Mas há uma notável continuidade dos fundamentos políticos dessa atividade nas diversas regiões do país, que finalmente põe de um mesmo lado, os usineiros do Nordeste e do Sudeste.

Essas estratégias de permanência têm um preço. Tal preço se cobra em termos de desemprego e má remuneração, que expulsa trabalhadores, nos

¹⁷ Não há muito de novo nesse argumento, que foi exposto em termos essencialmente similares por Thomas Balogh (1963), avaliando os efeitos contraditórios das políticas internacionais no desenvolvimento econômico dos países periféricos. Mais ou menos o mesmo foi dito por Hirschmann em 1972, avaliando os efeitos diretos e indiretos de projetos do Banco Mundial.

¹⁸ A viabilidade econômica dos programas de irrigação depende, desde sua origem, de projetos econômicos baseados em exportação. Aos custos fixos com que operam os distritos de irrigação, não praticamente como pensar em solvência econômica em vendas regionais (Pedrão, 1986).

diversos níveis de qualificação; e que também expulsa capitais, que migram em busca de ambientes menos controlados.¹⁹ Isso quer dizer, que os efeitos da tecnologia estão historicamente situados e que a eficácia da renovação tecnológica depende do momento em que ela é inserida e do modo como penetra em cada economia nacional. No Brasil, a difusão tecnológica tem que lidar com um corpo social diverso e marcado por variadas formas de subordinação e precariedade de educação, ligando aspectos etno-culturais com estruturação de classes (Pedrão, 2001). Daí, a análise do impacto dos processos técnicos no sistema de produção tem que considerar o tempo de difusão e o perfil dessa difusão, segundo ela atinge setores mais ou menos sensíveis. Uma série de alterações tecnológicas na agricultura tradicional brasileira não necessariamente garantem que ela passe a ter a capacidade de conduzir sua própria mudança.

Em cada época, marcada por conjuntos de tecnologias interdependentes, há tendências de consolidação e de dispersão de regiões, em que essas tecnologia são consolidadas, introjetando elementos culturais de coesão e de experiência. A região é, sempre, um fato social complexo, que se apoia em disponibilidade de recursos regionais e capacidade de usa-los. Mas sua complexidade muda, assim como muda sua capacidade de mudar e em relação com as demais regiões, segundo avançam as configurações impostas pela progressão da composição do capital. A produção social das regiões segue variados caminhos e diferentes intensidades.

A questão regional ressurgiu agora no Brasil, frente às tendências de centralização do poder, encobertas pelos movimentos de retração da presença do Estado na produção. O velho discurso regional, descritivo e eventualmente pré determinado burocraticamente, tornou-se irrelevante, além de inadequado. A perspectiva regional pode ser um dos aspectos mais reveladores do tecido de contradições e conciliações, superficiais e

“... o Brasil lidou com constrangimentos externos ...”

profundas. de que está constituída a realidade brasileira. Mas depende de uma leitura capaz de decodificar o significado regional do processo político, com suas diversas bases territoriais e com suas referências internacionais. Na realidade, jamais houve como separar os processos políticos do espaço social nacional de suas referências internacionais. Tanto no período colonial como no Império e na República, o Brasil lidou com constrangimentos externos, por exemplo, que induziram suas políticas em relação com a Bacia do Prata e com a África, assim como lhe permitiram pressupor margens de independência em suas relações com os países mais poderosos. Não se precisa de muito esforço para ver que as políticas relativas à Amazônia sempre envolveram uma atitude defensiva, muito antes que houvesse qualquer preocupação com o meio ambiente.

A quebra do monopólio da representação do interesse público pelo Estado nacional, abriu espaço para a emergência de outras representações, anteriores e simultâneas a ele, que pretendem ser suas equivalentes, ou mesmo suplanta-lo. O que é mais importante é que essa emergência de outros interlocutores não segue as regras de formação do Estado, senão usa mecanismos que foram antes superados, ou mesmo desqualificados pelo Estado em sua ascensão. Valores culturais de imigrantes, que antes se dispunham a apagar suas origens; valores religiosos, que resgatam religiões minoritárias e oprimidas e que negam a república civilista e anticlerical; valores internacionalistas, que contradizem a exclusividade da formação nacional. Todos juntos perfazem um quadro de relativização da esfera pública, que cria novas condições para o quadro de processos regionais.

Em cada país esses elementos as-

sumiram um determinado perfil, que corresponde aos dados de sua história e ao contexto de pressões externas atuais em que se move. As pressões internas são produzidas pelos conflitos e pelas composições de interesses gestados no âmbito das relações de classe. Como convivem as relações de classe com a globalização? No Brasil essa pluralização de representações aparece identificada com as diversas formas pelas quais, tanto nas regiões mais novas como nas mais antigas, desde grupos de alta como de baixa renda, há movimentos de apropriação de elementos de modernidade, que mudaram completamente as perspectivas de reprodução social no país. Por isso, é possível pensar que esse jogo de pressões externas e internas pode ampliar as margens de opções de investimento da economia brasileira, inclusive abrindo novas indicações de localização de empreendimentos, em escalas mais amplas e cada vez menos comparáveis com as que podem ser antecipadas nos países vizinhos. Novos setores de serviços de alta tecnologia, com forte apoio de informática, tal como o lazer náutico, podem convergir com essa diversificação de opções, assim como o próprio planejamento urbano pode ser concebido como tecnologicamente avançado e ecologicamente adequado. No ambiente de flexibilidade tecnológica as escalas de mercado desempenham um papel estratégico em conjunto com as escalas de produção. Estas, pelo contrário, podem ser adaptadas para acompanhar as características da expansão do mercado, em condições em que as variações das pressões externas e das internas terão que ser sempre acompanhadas como um referências variáveis.

¹⁹ O registro do efeito de agravamento da desigualdade pode ser olhado nas manifestações do mecanismo de desigualdade (Dupas, 1999) e nos mecanismos da dinâmica da pobreza como tal (Galbraith, 1979). O essencial a ser ressaltado, é que esse mecanismo é um traço essencial da modernização e não um aspecto incidental de um momento ou outro do processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALOGH, Thomas, *Obstáculos al desarrollo económico*, CEMLA, Mexico, 1963.
- BATISTA, Paulo Nogueira, Jr., *A economia como ela é*, Boitempo, São Paulo, 2000.
- BAUMANN, Renato (org.), *O Brasil e a economia global*, Campus, Rio de Janeiro, 1996.
- BRAGA, José Carlos de Souza, *Financeirização global - o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo*, e, *Poder e dinheiro* Maria da Conceição Tavares e José Luis Fiori (organizadores), Petrópolis, Vozes, 1997, pp.195 a 242.
- COOPER, Richard, N., *Uma análise da desvalorização cambial nos países em desenvolvimento*, em *Economia internacional*, J.A.Savasini, P.S.Malan, W.Baer (organizadores), São Paulo, Saraiva, 1979, pp. 515 a 546.
- CULPEPER, Roy, *Retomada das afluências de capital privado para a América Latina: o papel dos investidores norte-americanos*, em *Os fluxos financeiros na América Latina*, Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizadores), Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, pp.41 a 76.
- DIAS CARNEIRO, Dionísio, MODIANO, Eduardo, *Ajuste externo e desequilíbrio interno, 1980-1984*, em *A ordem do progresso* Marcelo Paiva Abreu (org.), Campus, Rio de Janeiro, 1990.
- DUPAS, Gilberto, *Economia global e exclusão social*, Paz e terra, Rio de Janeiro, 1999.
- FELLNER, William, *Competition among the few*, Augustus Kelley, Nova York, 1965.
- FURTADO, Celso, *Formação econômica do Brasil*, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1959.
- GALBRAITH, John Kenneth, *A natureza da pobreza das massas*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1979.
- HEISENBERG, Werner, *Física e filosofia*, UNB, Brasília, 1995.
- HICKS, John, *Valor y capital*, Fondo de Cultura Económica, Mexico, 1958.
- HOFFMAN, Helga, *Desemprego e subemprego no Brasil*, São Paulo, Ática, 1980
- ILPES/ILDIS, Stanzick, H., Pedrão, F. (org.) *Planificación regional y urbana en América Latina*, Siglo XXI, Mexico, 1974.
- IPEA/CEPAL, *Industrialização e desenvolvimento do Nordeste*, anais do seminário realizado em Brasília, Convênio Ipea/CEPAL, Brasília, 1984.
- KINDLEBERGER, Charles, *Foreign trade and the national economy*, Yale, N.Yor, 1964.
- KURZ, Robert, *O colapso da modernização*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993.
- LABINI, Paolo Sylos, *Oligopólio e progresso técnico* Forense, Rio de Janeiro, 1984
- MARCHAL, André, *Sustèmes et structures économiques*, Presses Universitaires de France, Paris, 1959.
- MARSHALL, Alfred, *Principles of economics*, Macmillan, Londres, 1966
- PEDRÃO, Fernando, *Financiamento público e crescimento tolerado*, em *América Latina, identidade e transformação*, Maria Brandão (org.), OEA/UFBA, Salvador, 1988.
- _____, *Uma introdução à pobreza das nações*, Vozes, Petrópolis, 1991.
- _____, *Social and economic alternatives for irrigation policy in Northeast Brazil*, UNESCO, 1986.
- _____, *Las desigualdades regionales en el desarrollo económico*, em *El Trimestre Económico*, abril-junho, 1964, Mexico., pp. 179 a 191.
- _____, *Cultura, classe e mudança (no mundo brasileiro)*, ensaio apresentado à 33ª Reunião da SBPC, Salvador, 2001.
- PEREIRA, Alfredo, Jr., *Irreversibilidade física e ordem temporal na tradição boltzmanniana*, Unesp, São Paulo, 1997.
- SCHRÖDINGER, Erwin, *O que é a vida?* Fragmentos, Viseu, 1989
- STEINDL, Josef, *Pequeno e grande capital, problemas econômicos do tamanho de empresas*, São Paulo, Hucitec, 1990.

UNIFACS DCSA 2/CEDRE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO PROJETOS DE PESQUISA EM ELABORAÇÃO PELO CORPO DOCENTE 2001

Nome do Professor	Título da Pesquisa
1. Alcides dos Santos Caldas	"O sistema de denominações de origem como estratégia de desenvolvimento do território baiano"
2. Aloísio da Franca Rocha Filho	"Mídia, informação e turismo em Salvador"
3. Débora de Lima Nunes Sales	"Desenvolvimento local, participação popular e economia solidária"
4. Fernando Cardoso Pedrão	"A economia do comércio na Bahia: fundamentos, organização e condições operacionais"
5. Noélio Dantaslé Spinola	"A economia baiana no século XX - Uma revisão histórica"
5. Pedro de Almeida Vasconcelos	"Análise intra-urbana de Salvador"
7. Regina Celeste de Almeida Souza	"Potencial turístico e territorialidade no Estado da Bahia"
8. Rossine Cerqueira da Cruz	"Desenvolvimento tecnológico e sistema estadual de inovação - O caso da Bahia"
9. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva	"Informação, participação e desenvolvimento territorial"
10. Vanessa Brasil Campos Rodriguez	"Frei Agostinhoda Piedade: análise da obra escultórica de um religioso do século XVII na Bahia"